

MAURÍCIO WALDMAN



**JUDEUS E PALESTINOS:
A CONJUGAÇÃO POSSÍVEL**



**EDITORA KOTEV
RELAÇÕES INTERNACIONAIS 4**

PREFÁCIO

MAURÍCIO WALDMAN ¹

Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível é um artigo que de modo claro e direto se posiciona a favor da proposta de implantação de um Estado Palestino nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, convivendo, é claro, em Paz com o Estado de Israel.

Este material foi redigido a pedido da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), que nos finais dos anos 1980, desenvolvia debate em sentido oposto a posições que postulavam a destruição de Israel e a criação, em toda a Palestina, de um Estado “Laico e Democrático”, pauta que até então, era defendida pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), e que repercutia em setores de opinião no interior do PT.

No final de 1988, a revista Teoria & Debate, publicação teórica do PT, estampou artigo de autoria de Ralph Schoenman, ativista norte-americano e ex-secretário pessoal do filósofo Bertrand Russel, defendendo posições radicalmente contrárias à existência do Estado de Israel, ensejando assim a necessidade do registro de um contraponto às prédicas de Schoenman, particularmente por estarem dissociadas de uma série de mobilizações e concertações que propunham fórmulas mais equânimes de tratamento da questão.

Neste sentido, é lapidar que a posição oficial do PT sobre a questão da guerra entre Israel e o mundo árabe, e neste recorte, particularmente com o movimento nacional palestino, ratificada em Fevereiro de 1988 e indexada a esta edição de **Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível**, claramente indicava orientação no sentido de respaldar a “Tese dos dois Estados”, isto é, o entendimento de que a criação de um Estado palestino não se contrapunha ao reconhecimento de Israel.

Os Acordos de Oslo, chancelados em 1993, pareciam justificar esta expectativa, pois a partir de comum acordo entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), foram colocados sob o controle da Autoridade Nacional Palestina (ANP), em maior ou menor grau, trechos da Margem Ocidental e grande parte da Faixa de Gaza, espaços que eram entendidos como núcleo de um Estado Palestino independente.

Entretanto, a delicada arquitetura proposta pelos Acordos de Oslo foi, sem demora, colocada às mais duras provas. Em Israel, a ascensão de forças conservadoras, cujo

ícone é o *Premier* Benjamin Netanyahu, catalisou a política de anexação *de facto* dos territórios ocupados e de claro solapamento de uma entidade nacional palestina.

Do lado palestino, a crescente radicalidade e a guerra civil que eclodiu em 2006 após a vitória do Hamas nas eleições palestinas, explicitou cissiparidade de representação, com a OLP assenhoreando-se da Cisjordânia, e o Hamas, da Faixa de Gaza, ambos eliminando a facção contrária nas áreas sob seu poder, tornando difícil, quando não impossível, a possibilidade de qualquer tipo de interlocução.

Esta situação, vitaminada pelos eternos conflitos e pendências regionais, contexto em que Israel e a Palestina são ao mesmo tempo atores especificamente axiais e na contextualização mais ampla, coadjuvantes num jogo de forças ainda mais complexo, justifica o veredicto firmado pelo respeitado cientista político e historiador israelense Samuel Feldberg, que considera estar em curso uma *Nova Guerra dos Cem Anos*.

Neste senso, independentemente de trajetórias pessoais (o autor desfilou-se do PT em 1992 em razão de desacordos com os rumos assumidos pela agremiação), e das proposições consignadas neste artigo, a passagem do tempo consolidou a percepção de que o mundo assiste a um conflito atípico, duro, persistente e tal como tem sido durante décadas, perpassado por diversificada tipologia de afetações, repetitivas e para complicar, carentes de eficácia política concreta.

Em princípio, nada mais justo do que dois Estados coexistindo lado a lado, tal como aliás, foi proposto pela ONU na Partilha da Palestina em 1947.

Porém, *mutatis mutandis*, a guerra continua.

São Paulo, 04-10-2019

JUDEUS E PALESTINOS: A CONJUGAÇÃO POSSÍVEL ²

MAURÍCIO WALDMAN ³

Depois da entrevista bombástica com o escritor Ralph Schoenman, que lidera um movimento internacional pelo fim de toda ajuda ao Estado de Israel, publicada em Teoria & Debate n°. 5, um integrante da *Comissão de Assuntos Judaicos do PT* esclarece as posições existentes no partido sobre essa questão. Schoenman defende o desmantelamento do “Estado de Israel-Apartheid” e a criação do Estado laico da Palestina em seu lugar. Aqui, uma consideração criteriosa sobre outras possibilidades menos abruptas.

Desde a mais remota antiguidade, o quadro político do Oriente Médio tem sofrido as mais profundas turbulências políticas.

Civilizações magníficas, e incessantes conturbações, irromperam nesse marco geográfico: egípcios, assírios, babilônios, fenícios, caldeus, cananeus e sumerianos, entre muitos outros povos. Todos deixaram sua marca, seja regionalmente, seja no patrimônio cultural da humanidade.

Desta época emaranhada de dinastias e impérios, de palácios e aldeias, dois povos, que alguns historiadores pretendem como inimigos “milenarios e irreconciliáveis”, são testemunhas vivas: os judeus e os árabes.

Ambos originariamente semitas, ambos de origem nômade, ambos com inestimável contribuição para a civilização ocidental. Ambos, por fim, mutuamente reconhecidos como integrantes de um mesmo tronco étnico, cujas tradições encarregam-se de confirmar.

O Oriente Médio atual, assim definido pela perspectiva europeia pelo fato de situar-se a meio caminho entre a Europa e o continente asiático propriamente dito ⁴, é o palco do encontro/confronto desses dois povos, e a resolução dos seus conflitos é a principal via para a instauração de uma nova era de paz, liberdade e democracia.

Vejamos alguns lances deste encontro/confronto.

JUDEUS E ÁRABES (DES)CONJUGADOS

Os judeus, um dos grupos semitas que perambulavam entre a Mesopotâmia e o vale do Nilo, instalam-se, a partir do século XVI a.C., em um território cortado pelo Rio Jordão. Esta área de limites imprecisos foi mais tarde denominada pelos gregos de Palestina, numa referência aos filisteus, população que habitava o litoral e com o qual a Grécia mantinha um ativo comércio.

Nesta região, independentemente da justificativa teológica, os judeus lançam os alicerces de sua tradição cultural, suficientemente forte para que a sua identidade não se diluísse em meio às tempestades políticas que abalavam, tal como definia Karl Marx, o “céu oriental”.

A partir daí, o povo judeu inicia uma longa trajetória histórica, que deixa para trás as pirâmides e os faraós, as muralhas esmaltadas de Babel, a Nínive dos assírios, os numerosos anfiteatros que os sucessores de Alexandre Magno ergueram por todo o Mediterrâneo Oriental.

Esta continuidade, em muitos momentos creditada a um desafio popular contra a prepotência dos faraós e ao falso universalismo helênico, termina por se confrontar com o Estado romano, cuja constituição era intolerável para os judeus.

Em duas ocasiões, eles opõem audaciosa rebeldia política e militar ao poder imperial romano. Derrotados em 135 d.C., completam um processo de dispersão, iniciado séculos antes de forma espontânea, com o abandono de uma terra que não garantia subsistência para todos os seus habitantes. É a *Galut* (גלות), diáspora em hebraico), do povo judeu a partir daí, formando o chamado *povo sem-terra*.

Por outro lado, os árabes, no falso silêncio de sua península, erguem suas cidades e seus templos. No Sul da Arábia, surgem os afamados reinos do incenso, tais como Sabá, Hadramaut e Kataban, referências importantes para o comércio internacional na época de Salomão ⁵.

Mas é apenas com o islamismo, doutrina religiosa elaborada por Maomé, que os árabes, a partir do século VII d.C., detonam um audacioso processo de expansão (Figura 1), que em pouco mais de cem anos gera um vasto império, do Sudão ao centro da França (Batalha de Poitiers, 732), do Marrocos às portas da China (Batalha de Tallas, em 751).

Nesse extenso território amalgamam-se diferentes acervos culturais, unidos pela língua árabe e pelo islamismo, cuja vitalidade respalda intenso desenvolvimento técnico e cultural.

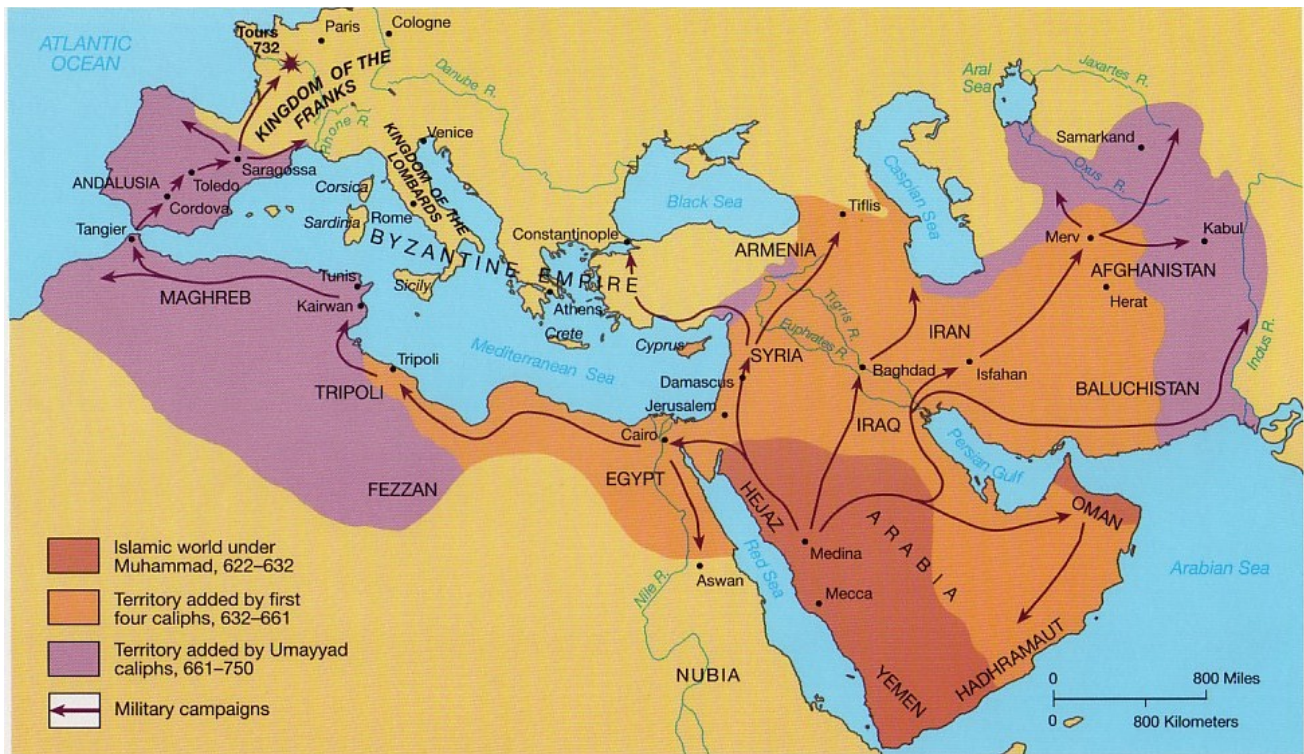


FIGURA 1 - A Expansão Árabe-Islâmica: Numa rápida sucessão de conquistas, em pouco mais de cem anos os árabes conquistaram vastos territórios, da Núbia ao Cáucaso, do Hindu Kush à Provença. Formando um imenso território ocupando três continentes, um intenso processo de trocas culturais será origem de uma civilização inovadora, com feitos sem paralelo, repercutindo tanto em seu espaço específico quanto no entorno geográfico imediato (Fonte: < Historicalmaps.com >, in Pinterest, adaptada para o português na edição de 2019 deste texto. Acesso em 22-05-2017).

Ao lado de Avicena e de Averróis, surgem, menos conhecidos no Ocidente, homens talentosos como Imad Al-Din Nassimi (a quem se deve o hurufismo) e Abu Rayḥan Muḥammad Al-Biruni, um pensador genial, à altura, por exemplo, do entronizado Leonardo da Vinci ⁶.

Para os padrões da época, esse Estado árabe mostra-se extremamente tolerante em relação às minorias: judeus e cristãos (armênios, gregos ortodoxos e assírios), gozam de liberdade no exercício de sua língua, cultura e religião.

Porém, se neste espaço a população judaica goza de um clima de tolerância, o inverso ocorre na Europa feudal. Como recorda o historiador brasileiro Jaime Pinsky, o judeu “era integrado pela rejeição, engendrado como marginal e diferenciado para que não deixasse de existir” (Prefácio in LEON, 1981: 1).

Vivendo em um mundo que além de cristão era igualmente agrário e voltado para a produção de valores de uso, aos judeus estão reservadas as funções entendidas como imperfeitamente adequadas ao sistema feudal: o comércio, a usura e o artesanato de luxo.

Daí decorre o mito do “capitalismo judaico”, reforçado ideologicamente pela condição de *povo-classe* atribuída aos judeus.

A decadência do feudalismo revela a fragilidade da situação vivida pelo grupo: bodes expiatórios potenciais, assim os utiliza a nobreza em declínio, ao mesmo tempo em que o capitalismo ascendente sacrifica-os em favor do capitalista real, que revoluciona as relações de produção e constrói as monarquias nacionais.

Na sequência, os judeus passam de elementos estranhos a indesejáveis. Não existe lugar para eles no novo sistema. São expulsos em massa de quase toda a Europa Ocidental, encontrando refúgio nas áreas ainda feudais da Europa do Leste ou então, junto aos principados árabes e muçulmanos da bacia do Mediterrâneo.

Porém, ainda não se trata do encontro/confronto inicialmente citado. Por ora, é um encontro fugaz.

O ISLAM E O OCIDENTE

O império islâmico não consegue efetivar uma unidade política: divergências étnicas e na interpretação da doutrina maometana, além de diversidades regionais, corroem esse projeto político.

Externamente, a brutalidade das cruzadas europeias, a voraz expansão otomana e a destruição de Bagdá pelos mongóis de Hulagu (1258), dão o golpe de misericórdia na pretensão de construir um Estado universal árabe-islâmico (Vide ENGELS, 1853: 18-19).

O Império Otomano, erradamente denominado de “turco” ⁷, transforma-se no herdeiro do espólio dos califas, ocupando boa parte dos territórios anteriormente pertencentes ao império árabe.

Para legitimar sua dominação, os otomanos adotam a religião muçulmana e o alfabeto árabe. Trata-se, no entanto, de mais uma estrutura débil, “asiática”, que,

carente de uma burguesia, passa a sofrer, ao longo dos séculos XVIII e XIX, pressões cada vez mais intensas da Europa industrializada.

Sob o ataque constante do imperialismo, são abocanhados pouco a pouco vastos territórios dominados pelo sultão. Assim, os otomanos vão sendo substituídos por rivais bem mais vorazes e eficientes (A respeito da cooptação dos Estados asiáticos pelo imperialismo europeu, ver PANIKKAR, 1977 e SOFRI, 1977).

A Alemanha, a França, a Inglaterra e o Império Russo Czarista disputam a hegemonia na região. Primeiro, através de projetos econômicos de cunho imperial, caso da exploração de petróleo, da estrada de ferro Berlim-Bagdá e do Canal de Suez.

Posteriormente, as tensões resultam em conflito bélico aberto, caso da I Guerra Mundial (1914-1918).

A nação árabe não assiste impassível à decadência dos otomanos. A memória de um passado glorioso, de brilho intelectual e econômico, incendeia permanentemente a imaginação dos árabes, dispostos a cobrar novamente o seu papel na história.

É o nacionalismo árabe em ascensão, um elemento político de grande atualidade no Oriente Médio de hoje.

JUDEUS NA ENCRUZILHADA

Na Europa, o chamado *mais antigo dos povos* vive uma situação que apenas a extrema generosidade dos historiadores poderia caracterizar como “rica”.

Admitidos nas sociedades burguesas da Europa Ocidental, que desde a Revolução Francesa (1789) passa a reconhecê-los como cidadãos, os judeus emancipam-se crescentemente da antiga condição de *povo-classe*, irrompendo do mundo do gueto⁸ e integrando-se na moderna economia de mercado.

A hostilidade para com a minoria judaica, que a isolava com muito mais eficácia do que o mais alto dos muros, parecia uma questão do passado, justificando o otimismo de alguns teóricos, para quem o antissemitismo estaria superado.

Acreditava-se, de uma forma ou de outra os judeus seriam assimilados pelas nações no seio das quais viviam.

O Caso Dreyfus, entretanto, destrói esta ilusão. Em 1896, um militar francês de origem judaica, Alfred Dreyfus, é injustamente acusado de espionagem e de entregar segredos militares franceses para o Império Alemão.

Ainda que extremamente assimilado, a origem judaica do réu foi utilizada pelos círculos antirrepublicanos e clericais franceses como referência incriminatória no seu julgamento. Todo o rumoroso caso serviu de pretexto para esses grupos reocuparem espaços que pretendiam como seus na política francesa.

Mesmo com a posterior descoberta do verdadeiro culpado (Carlos Esterházy, oficial do exército francês), e anulação da sentença que pesava sobre Dreyfus, o impacto da propaganda e das manifestações antissemitas decorrentes do processo abalaram profundamente o mundo judaico.

Estava clara a força do antissemitismo na política moderna, o que levou um jornalista austríaco de origem judaica, Theodor Herzl, residente então em Paris, a escrever o livro *O Estado Judeu* e a convocar o *Congresso Sionista* inaugural de 1897.

Na Europa Oriental, por sua vez, não foi necessário um Caso Dreyfus para demonstrar a força do antissemitismo. Preconceito largamente presente nas culturas eslavas, a peste antissemita grassava com sanção oficial, sob notória aquiescência das autoridades russas.

No império Russo, os *pogroms*⁹, ataques organizados contra a minoria judaica, eram sistemáticos. Levados a cabo por autênticos bandidos e desqualificados sociais, nestes episódios eram cometidas toda sorte de violências (Figura 2).

Os *pogroms* constituíam importante válvula de escape à opressão sofrida pelo povo no regime czarista, que, assim, encontrou uma forma de desviar as atenções da classe trabalhadora para um alvo que não afetasse o *status quo*.

Esta manipulação ideológica foi combatida pela totalidade das forças democráticas e socialistas, até porque os judeus, na Europa Oriental, formavam um contingente com forte perfil operário.

Com o fracasso da assimilação e o virulento antissemitismo do Leste europeu, coloca-se mais fortemente que nunca a *Questão Judaica*, iniciando-se, entre os judeus, movimentos que procuram resgatar a sua identidade e/ou afirmar de modo positivo o seu destino.



FIGURA 2 - *Pogrom* (1937), tela emblemática de Lasar Segall, famoso pintor brasileiro de origem judaico-lituana (Fonte: < <http://vejasp.abril.com.br/cidades/lasar-segall-centro-da-cultura-judaica/> >. Acesso em 28-02-2017).

Não se tratava de uma opção. Retomando preconceitos oriundos da Idade Média, pelos quais o judeu era a mais hedionda das criaturas, o antissemitismo crescente obriga os judeus a pensarem em si próprios como um grupo autônomo.

Este processo ocorre da mesma forma que entre os armênios no império otomano, os irlandeses, os tchecos e demais grupos étnicos oprimidos em suas pátrias.

Deste modo, nasce entre os judeus a ideia de constituírem uma nacionalidade, uma nação livre como outras.

OS TRABALHADORES JUDEUS RESPONDEM À CRISE

Confrontados com o antissemitismo e com a luta de classes, os judeus manifestam diferentes reações. Para a alta burguesia judaica, a aposta é na integração ou assimilação nas sociedades em que vivem (apesar dos antissemitas).

Muitos se convertem a outras religiões e esquecem a sua origem. Outros, embora o judaísmo defina-se historicamente como a religião do povo judeu, se transformam em alemães, franceses, americanos e suíços de religião judaica.

O despertar de qualquer sentimento nacional está muito longe das perspectivas deste grupo, ao qual, aliás, sempre demonstram vigorosa oposição.

Na realidade, é no grande contingente de trabalhadores judeus da Polônia, Rússia, Lituânia e Ucrânia que a questão nacional se coloca, ideológica e objetivamente.

Mal pagos e vítimas de toda sorte de preconceitos humilhantes, eles constituem um grupo duplamente discriminado, com altas taxas de emigração (principalmente para os Estados Unidos) e numerosa presença nos movimentos democráticos e socialistas, particularmente no movimento operário.

Desde cedo se manifestam entre os judeus da Europa Oriental duas fortes tendências, o sionismo de esquerda e o ativismo do movimento Bund, que passam a disputar o apoio da massa trabalhadora judaica ¹⁰.

Neste contexto, o Bund toma a dianteira. Abreviação, em iídiche ¹⁰, de Federação Geral de Operários Judeus da Rússia, Polônia e Lituânia (*Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*), a entidade foi fundada em 1897 em Vilna, cidade lituana que então, era parte da Rússia Czarista.

Simultâneo ao Congresso Sionista de Herzl, o Bund rapidamente se tornou o mais importante elemento de divulgação do socialismo no proletariado judeu. Configurou o primeiro partido marxista da Rússia, o primeiro a desafiar as trevas do czarismo.

Divergindo dos sionistas de esquerda quanto à existência de um povo judeu universal, o bundismo lutou, ao mesmo tempo, pela autonomia cultural dos judeus da Europa Oriental.

Deste modo, o Bund utilizava o iídiche e não o hebraico, como língua de propaganda política e de caracterização nacional. Graças a este trabalho político, os judeus, após a revolução bolchevique, foram reconhecidos como uma das nacionalidades da URSS.

Apesar de sua enorme disseminação junto ao proletariado judeu, a conjuntura histórica do Leste europeu tragou por inteiro o bundismo, relegando-o apenas a uma recordação.

No caso do sionismo, a questão é mais complexa, mesmo porque Theodor Herzl, ainda que reconhecido como fundador do sionismo político, ideário corporificado na obra *O Estado Judeu* (1895), foi precedido por diversas iniciativas e movimentos ¹¹, sendo teoricamente reinterpretado das mais diferentes formas.

Analisar o sionismo unicamente a partir de Theodor Herzl ou do Likud de Menachem Begin ¹², empobrece a discussão e compromete o rigor imprescindível ao raciocínio de todos aqueles que pretendem um compromisso com a verdade.

A fórmula do encontro/confronto pressupõe, no final das contas, um encontro inicial.

O ENCONTRO POSSÍVEL

Configura-se o quadro de confronto: os judeus, particularmente os da Europa Oriental, percebem o crescente avanço do antissemitismo. Theodor Herzl pronuncia uma célebre frase, que o tempo provará trágica: *Uma terra sem povo para um povo sem terra*.

Ao mesmo tempo, a nação árabe procura o seu lugar junto à modernidade. O nacionalismo está, pois, colocado para os judeus e para os palestinos. No caso do sionismo, controvérsias profundas exigem algumas ponderações:

1. O sionismo é um movimento nacionalista e, como tal, portador das ambiguidades típicas de qualquer outro nacionalismo (o palestino inclusive).

Correntes diversas disputam a hegemonia no movimento sionista, do sionismo marxista ou socialista de Ber Borochov ao sionismo revisionista de Wladimir Jabotinsky.

No primeiro caso, um grupo com base na classe operária judaica, cuja expressão partidária, o *Poalei Sion* ¹³, lutou lado a lado dos bolcheviques na Revolução Russa, distinguindo-se também no apoio ao novo regime (Figura 3).

A vocação terceiro-mundista do *Poalei Sion* é manifesta. Os *Batalhões Borochov* - milícias judaicas vermelhas -, após auxiliarem na derrota dos exércitos brancos e dos intervencionistas estrangeiros no Sul da Rússia, propõem a continuidade da marcha rumo ao Oriente Médio.

O objetivo: implantar um Estado socialista na Palestina, onde será reelaborada a cultura judaica, retomando o hebraico e a Ásia como opção histórica.

No segundo caso, o revisionismo de Wladimir Jabotinsky, existiam fortes vínculos com o fascismo italiano, a ponto do jornal *Doar Hayom* ("Diário de Notícias", em hebraico), órgão oficial dos revisionistas, propô-lo como o regime ideal para a Palestina.

Logo, o que se tem são vertentes radicalmente diferentes no pensamento sionista: enquanto o *Poalei Sion* preocupava-se em revolucionar o atraso feudal do Oriente Médio, emancipando todos os trabalhadores (árabes e judeus), o revisionismo, numa linha oposta, tinha por diretriz básica a imposição da vontade de um povo sobre outro, sempre em aliança com as grandes potências imperialistas.

Diferentemente, o *Poalei Sion* era aliado da União Soviética, país no qual manteve a sua própria organização partidária até 1928, quando foi desmantelado pelo stalinismo ¹⁴.

2. A colonização judaica da Palestina esteve, desde os seus primórdios, sob influência direta das correntes de esquerda. É a classe operária judaica da Palestina que procede à reorganização espacial do país.



FIGURA 3 - Cartaz de 1942 da Liga Sionista Socialista Hashomer Hatzair, movimento kibutziano associado ao Poalei Sion. No centro do *poster*, destaca-se o bordão *Longa Vida para a Revolução de Outubro!* chamamento tendo ao fundo a silhueta de Lênin (Fonte: BARNAVI, 1992: 197).

A colonização, recuperação e reversão do quadro ambiental em que se encontrava o país, no século XIX, é um fato que dificilmente poderia ser negado. O *kibutz* ¹⁵, precursor dos *colchozes* soviéticos, constitui uma experiência radicalmente coletiva, socialista na forma e no conteúdo (Figura 4). É visível aqui uma opção anticapitalista, tornando as correntes de esquerda do sionismo o movimento “que mais buscou no socialismo a sua viabilização como nação moderna” (AKSELRUD, 1985: 57).

Complementando, cria-se a *Histadrut* ¹⁶, a primeira Central Sindical da Palestina. Instalada em território árido e sem atrativos para o capital privado, a *Histadrut* aproveita-se da ausência de uma burguesia local, fato que impedia da implantação do modelo sionista de Theodor Herzl, mancomunado com os patrões e as potências estrangeiras, e assim, volta-se para a criação de postos de trabalho.



FIGURA 4 - Comemoração kibutziana em 1951, em Israel. A foto é em branco e preto (PB). Todavia, todas as bandeiras, com exceção do pendão israelense, são vermelhas. Imagetivamente, a composição é análoga a qualquer outra celebração socialista do período e no mais, qualquer semelhança, não se trata de coincidência (Fonte: [HistoricalsocialismIsrael.photos](https://www.pinterest.com/historicalsocialismisrael/photos/), in Pinterest. Acesso em 14-04-2017).

Esta base coletivista instituída na Palestina, não apenas projetual, mas concreta, é que poderia ter garantido a construção de um Estado socialista em Israel (Figura 5). Este, aliás, foi o principal argumento para apoiar a fundação do novo Estado, tanto para a esquerda da época quanto para a União Soviética.

Fato frequentemente esquecido, a União Soviética garantiu o fornecimento de armas para a vitória israelense na Guerra de Independência de 1948-1949¹⁷. Além disso, a URSS foi também o primeiro Estado no mundo a encaminhar reconhecimento *de jure* do Estado de Israel¹⁸.

3. Para alguns círculos de esquerda, o sionismo como um todo seria a tradução direta, no campo político, do “isolacionismo judaico”, uma forma de exclusivismo tornada ainda mais condenável por “desviar as atenções das massas judaicas do processo de construção do socialismo”.

Poucos, no entanto, procuram a salutar reflexão sobre as razões que levaram à formação de um movimento nacional judaico.

Quanto a isso, para largas parcelas do povo judeu, havia a intuição, aliás, correta, de que o selvagem e inaceitável antissemitismo europeu não lhes deixaria qualquer alternativa. Ressalte-se que independentemente de questões de princípio, o fato é que a História lhes garantiu razão.

Por fim, o marxista Isaac Deutscher parece acertar ao definir, na sua obra *O Judeu não Judeu*, o sionismo como uma reação ao incêndio da casa europeia dos judeus, criando paralelamente o problema do povo palestino.

Não se tratou, pois, de uma “invasão das hostes sionistas”, ou então, “de uma intervenção a soldo do imperialismo”. Certamente, houve manipulação do desespero judaico por parte de setores do movimento sionista comprometidos com a reação. Generalizar este raciocínio é, porém, além de historicamente incorreto, politicamente equivocado.

Evidencia-se, do que foi colocado, a impossibilidade de uma leitura linear do sionismo, que, em alguns casos, busca a sanção do marxismo. Ao imputar-se um perfil colonialista ou racista a todo o movimento sionista, exerce-se um raciocínio simplificador e primário. Procura-se diabolizar uma questão que não deve ter o tratamento metafísico do mal absoluto.



FIGURA 5 - Cartaz da Histadrut, de Dezembro de 1948. A iconografia da imagem, nitidamente inspirada no ideário imagético politicamente engajado, fala por si mesma (Fonte: BARNAVI, 1992: 220).

O sionismo, assim como no movimento nacional palestino, coexistem - e coexistirão - diferentes tendências, cujas ações isoladas e particulares não devem jamais servir de referência generalizante, quer a um, quer a outro movimento.

Assim, não se pode manipular a questão do sionismo como fazem alguns setores, que o equiparam, por exemplo, ao nazismo alemão, ao qual se haveria, inclusive, associado por alianças políticas.

Aos que fazem esta interpretação, de resto de uma ingenuidade quase insultante, caberia lembrar que as lideranças do Levante do Gueto de Varsóvia (1943) eram sionistas de esquerda e que o Movimento Paz Agora (Shalom Achshav), de Israel, que luta contra a reação israelense, em busca da paz com o povo irmão palestino, também é sionista.

Demagogos e fascistas existem de ambos os lados, Menachen Beguin e Ariel Sharon ¹⁹, do lado judeu; Hadj Amin El Hussein ²⁰, do lado palestino.

A questão é, portanto, mais complicada. O maniqueísmo característico de algumas análises em nada auxilia no debate e na resolução do conflito.

Fundamentalmente, o processo de paz deve se nortear pela busca de interlocutores realmente dispostos a resolver a questão, e é neste momento que podemos procurar o encontro judeu-palestino. Vejamos alguns lances deste jogo que pretendemos finais:

1. Os povos judeu e palestino devem primeiramente reconhecer-se como entidades históricas inquestionáveis. Neste sentido, pretender que os judeus de Israel não formam uma nacionalidade (posição dos extremistas palestinos) ou que os palestinos seriam um não-povo (posição dos direitistas israelenses) não auxilia a causa da paz.

Se definir nacionalmente os judeus é uma tarefa extremamente difícil do ponto de vista histórico, isto não se pode nem se deve usar como argumento para desqualificar o anseio de um grupo étnico por ter a sua voz reconhecida perante o mundo.

Da mesma forma, a irrupção recente do povo palestino não invalida o seu nacionalismo enquanto projeto político, mesmo porque *um recém-nascido não tem menos direito à vida que um ancião* (Pal Mendel).

2. Ainda que todo socialista seja (e deva ser) contrário à existência de fronteiras nacionais, é preciso primeiramente verificar a possibilidade histórica de aboli-las. Parece mais distante que nunca a possibilidade de implantar um Estado binacional na Palestina.

Proposta primeiramente lançada pelo Mapam (Partido Operário Unificado de Israel, um dos herdeiros do *Poalei Sion*), que a sustentou mesmo após a independência, ela jamais foi aceita por qualquer liderança árabe.

As guerras sucessivas que sacudiram o Oriente Médio acompanhadas da crise interna de Israel, fizeram com que a proposta do Estado binacional (re)lançada pela OLP também não encontrasse ressonância, desta vez no lado israelense.

Atualmente, parece existir uma convergência de opiniões: de um lado, o movimento democrático, pacifista e progressista israelense, propondo a instalação imediata do Estado Palestino ao lado de Israel, em Gaza e Cisjordânia (Figura 6).

De outro, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja declaração de independência (1988) reconhece implicitamente o direito de existência do Estado de Israel, as Resoluções 242 e 338 da ONU e nega, por fim, o terrorismo como arma política.

É o povo palestino que assume a dianteira na discussão, pois, reconhecendo o direito de existência de Israel, desarma e desmoraliza internacionalmente o Partido da Guerra israelense, cujo epicentro é o Likud e os seus fascistas.

Com isso, a organização liderada por Yasser Arafat paralisa as forças que se nutrem da brutal repressão contra o povo palestino para concretamente implantarem o fascismo em Israel.

A declaração da OLP também desarma politicamente as forças que, tendo montado a milícia antipalestina, utilizam-na, por exemplo, para desarticular com a mesma brutalidade os grevistas da empresa aérea israelense *El-Al* (governo Begin). No rastro da revolta palestina da *Intifada* ²¹, estão os pressupostos para o povo israelense destruir seus próprios falsos profetas.

A revolta da nação oprimida capitaliza propostas que, em Israel, querem rediscutir o Estado na sua forma e na sua essência, cuja postura teocrática jamais poderá ser consensual junto ao povo judeu, este povo que, nas sociedades onde vive e viveu,

sempre lutou contra a injustiça, o autoritarismo e a ingerência da religião nos negócios de Estado.



FIGURA 6 - O mapa evidencia Israel (em verde), Gaza e Cisjordânia (em laranja), assim como as Colinas de Golan, território sírio ocupado desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Gaza e Cisjordânia são partes do Estado Palestino programado para ser estabelecido pela Partilha da Palestina. Contudo, após a Guerra de Independência de Israel, que se desenrola entre 1948-1949, estes territórios foram respectivamente ocupados pelo Egito e anexados pela Jordânia. Em 1967 foram tomados por Israel, uma ocupação contestada pelas leis internacionais, parte dos quais, está atualmente sob administração da Autoridade Nacional Palestina (Fonte: Historicalmaps.com, in Pinterest, adaptada para o português pela edição de 2017 deste texto. Acesso em 9-03-2017).

3. Por fim, o encontro de identidades. Judeus e palestinos estão fadados a conjugarse. Como ressalta o intelectual Roney Cytrynowicz:

“Atrás do choque das armas e da guerra de culturas, judeus e palestinos revelam uma profunda identidade. Lutam pela mesma terra, cantam seus símbolos, as oliveiras, a água escassa, os frutos, o deserto. Falam sempre do amor e da saudade da terra-mãe. Esta identidade talvez torne o conflito ainda mais feroz. É difícil lutar contra um inimigo cujos argumentos e identidade são tão semelhantes”.

Da mesma forma que milênios atrás, está para surgir uma nova mensagem no Oriente.

Que seja de paz e de justiça para todos.

Shalom/Salaam!

**Nota oficial do Partido dos Trabalhadores,
Aprovada pela sua Direção Nacional em Fevereiro de 1988**

Internamente coexistem no PT as mais diferentes abordagens referentes à questão do Oriente Médio, o que não implica a inexistência de posições de partido. Elas existem e são muito claras. Sinteticamente:

- 1.** O PT reconhece e sempre reconheceu na OLP a legítima representante do povo palestino e da aspiração deste em construir seu próprio Estado. A luta do povo palestino é entendida como um segmento da luta geral dos povos do Terceiro Mundo para libertar-se da tutela estrangeira e da opressão.
- 2.** Isto não implica negar o direito de existência ao Estado de Israel nem desconhecer as forças israelenses (como o Movimento Paz Agora) que lutam para o avanço da liberdade e da democracia. O direito de autodeterminação dos povos judeu e palestino é reconhecido como legítimo.
- 3.** Com isto, e em conformidade com um quase unânime consenso internacional sobre a questão, o PT entende que a fórmula dos *Dois Estados*, direcionada para a instauração de um Estado Palestino ao lado de Israel é a única que atende conjunturalmente às aspirações dos dois povos. O PT nega, portanto, qualquer hipótese que implique deslegitimar-lhes o direito de autodeterminação.
- 4.** A paz no Oriente Médio, resultando da cessação da repressão israelense, de uma conferência internacional de paz com a participação da OLP e a criação de um Estado Palestino ao lado de Israel, são as premissas indispensáveis e insubstituíveis na luta pela união e confraternização dos povos, contra o obscurantismo e os exclusivismos nacionais, a exploração do homem pelo homem, a dominação de um povo por outro e o resultado de tudo isto - a guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio*. Coleção Discutindo a História. 2ª edição. São Paulo e Campinas (SP): Coedição Editora da UNICAMP e Atual Editora. 1985;

AMET, Pierre. *As Civilizações Antigas do Médio Oriente*. Lisboa (Portugal): Publicações Europa América. 1974;

ARAÚJO, Emanuel de Oliveira. *O Êxodo Hebreu - Raízes histórico-sociais da unidade judaica*. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1970;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília. 1979;

AUVERMANN, D. *Labour and Socialist International. Kongress-Protokolle der Sozialistischen Arbeiter-Internationale*. Bruxelas (Bélgica): Glashütten im Taunus. 1928;

BARNAVI, Eli. *A Historical Atlas of the Jewish People - From the Time of the Patriarchs to the Present*. Nova York (EUA): Ed. Alfred A. Knopf. 1992;

BARTRA, Roger. *El Modo de Producción Asiático - Problemas de la historia de Los países coloniales*. In: *El Modo de Producción Asiático*, Roger Bartra (organizador). Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones Era. 1978;

BEREZIN, Rifka. *Dicionário Hebraico-Português*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1995;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CARDOSO, Ciro Flamarion Santanna. *Antiguidade Oriental - Política e Religião*. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1990;

CHURCHILL, Randolph Spencer. *Seis Dias de Uma Guerra Milenar*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Expressão e Cultura. 1968;

CINGOLI, Janiki. *Sinistra e Questione Ebraica - Marxismo Diaspora Sionismo, Confronto con le ragioni di Israele*. Collezione Politica nº. 60. Roma (Italia): Editore Riuniti. 1989;

DEUTSCHER, Isaac. *O Judeu Não-Judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira. 1970;

DUBNOV, Simon. *História Judaica*. Buenos Aires (Argentina): Editorial S. Sigal. 1953;
ENGELS, Friedrich. Carta de 6 de Junho de 1853 a Marx. In: *Sobre as Sociedades Pré Capitalistas*, volume II, Coletânea organizada pelo CERM: Centre d'Études et Recherches Marxistes. Lisboa (Portugal): Editora Seara Nova. 1976;

FELDBERG, Samuel. *A Nova Guerra dos Cem Anos*. In: *Conflitos Armados, Massacres e Genocídio: Constituição e Violações do Direito de Existência na Era Contemporânea*, Rodrigo Medina Zagni e Andrea Borelli (Organizadores), 1ª edição, Coleção Sociedade & Cultura, nº. 14, pp. 171-180. Belo Horizonte (MG): Fino Traço Editora. 2013;

GARRIBA, Nicola. *Lo State di Israele: Nascita, Istituzioni e Conflitti dal 1948 a Oggi*. Coleção Libri di Base, nº. 62. Roma (Itália): Editora Riuniti. 1983;

GEBRAN, Philomena. *Conceito de Modo de Produção*, Philomena Gebran (Coordenação). Coleção Pensamento Critico, volume 24. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1978;

HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro (RJ): Coedição Mercas-Wizo-Brasil. 1954;

JITLOVSKI, Haim. *Teoria da Nacionalidade*. Seleção organizada por Nachman Falbel e Jacó Guinsburg. São Paulo (SP): Centro Brasileiro de Estudos Judaicos. 1971;

JUDAICA. *Enciclopédia Judaica*. Biblioteca de Cultura Judaica. Rio de Janeiro (RJ): Editora Tradição. 1967;

KINDER, Hermann et HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos. Madri (Espanha): Ediciones Istmo. 1975;

LEON, Abraham. *Concepção Materialista da Questão Judaica*. São Paulo (SP): Editora Global. 1981;

MANTRAN, Robert. *Expansão Muçulmana (Séculos VII-XI)*. Coleção Nova Clio, A História e seus Problemas. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1977;

PANIKKAR, Kavalam Madhava. *A Dominação Ocidental da Ásia*. 3ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1977;

SCHWANTES, Milton. *História de Israel*. Série Mosaicos da Bíblia, nº. 7. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação. 1992;

_____. *História de Israel - Local e Origens*. São Leopoldo (RS): texto mimeo. 1984;

SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: História de uma Controvérsia Marxista* (Coleção Pensamento Crítico, nº. 10). Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra: Uma história narrativa do mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1979.

VAN PAASEN, Pierre. *O Aliado Esquecido*. Coleção Guerra e Paz, volume 6. São Paulo (SP): Editora Companhia Nacional. 1944;

WALDMAN, Maurício. *A Paz Está Pedindo Água: Recursos Hídricos e o Conflito Árabe-Israelense*. In: revista Cosmos, periódico do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT / UNESP), nº. 2, pp. 29-34. UNESP: Campus de Presidente Prudente. Texto masterizado e incorporado à Série Recursos Hídricos Nº. 8, edição revista e ampliada. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2019. Texto de livre acesso disponível *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/recursos_hidricos_08.pdf >. 2019;

_____. *Espaço e Modo de Produção Asiático: A Organização do Espaço Geográfico nas Primeiras Sociedades Estatais*. Geografia: Coleção Acadêmica 1. E-book Plataforma Kobo: < <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/espaco-e-modo-de-producao-asiatico> >. Obra de livre acesso, disponível *on line* em formato PDF: < http://mw.pro.br/mw/espaco_e_modo_de_producao_asiatico.pdf >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016;

_____. *Espaço e Modo de Produção Asiático*. In: Boletim Paulista de Geografia (BPG), nº. 72. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local São Paulo. 1994;

_____. *A Guerra dos Territórios Ocupados*. Jornal PT São Paulo, nº. 48, p. 8. São Paulo (SP): Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) 1988a;

_____. *Os Judeus e o PT*. Jornal PT São Paulo, São Paulo (SP), nº. 45, p. 8. São Paulo (SP): Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT). 1987;

WALDMAN, Maurício (Organizador). *Política das Minorias - O Caso dos Judeus no Brasil*. 1ª. edição. Porto Alegre (RS): Coedição Editora Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro. 1988b.

JORNAIS E REVISTAS

Encontro, publicação editada em São Paulo, vinculada ao Partido Mapam (*Mifleget HaPoalim HaMeuhedet*), Partido Unido dos Trabalhadores de Israel, 1987-1988, diversos números;

WEBGRAFIA

PINTEREST - Visual discovery, collection and storage tool
< <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 10-01-2017

DOCUMENTOS

Nota oficial do PT aprovada pela Direção Nacional, Fevereiro de 1988.

1 Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Nos anos 1970 e 1980, atuou como professor de geografia e de história em escolas da rede particular da capital paulista e como Diretor da Escola e dos Cursos Profissionalizantes da Fundação Estadual do Menor (FEBEM) e do Serviço SOS Criança (1997-2000). Waldman foi colaborador de Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Nos anos 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo e Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo, também participando do Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na área das Relações Internacionais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*, obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora, 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPEs, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Plataforma Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbetes Wikipédia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br

2 Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível é um artigo primeiramente publicado pela Revista Teoria e Debate, nº. 6, pp. 57-61, Abril de 1989. Com os préstimos da **Editora Kotev (Kotev ©)**, em Outubro de 2019, este material foi masterizado em texto de acesso livre na Internet em Formato PDF. Levemente ampliada com relação ao texto original, a edição de 2019 incorpora Prefácio do autor, seis novas imagens, quinze notas explicativas gerais e um elenco de referências bibliográficas mais abrangentes, anexadas à nova edição eletrônica. No mais, o texto adota as regras atualmente vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, cautelas de estilo e normatizações editoriais inerentes ao formato PDF. A formatação da edição de 2019 para a Internet contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com; Home-Page: www.harddesignweb.com.br. **Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível** é um material gratuito. Vedada a reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev**. A citação de **Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Judeus e Palestinos: A Conjugação Possível*. Revista Teoria e Debate, Nº. 6, pp. 57-61, Abril de 1989, São Paulo, SP. Série Relações Internacionais Nº. 4. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2019.

3 Maurício Waldman é sociólogo e administrador, membro da Comissão de Assuntos Judaicos do PT e Presidente do Diretório Zonal do Partido dos Trabalhadores de Vila Mariana (Nota biográfica da edição original de 1989).

4 Ressalve-se que esta definição denuncia, na perspicaz argumentação dos geógrafos críticos, uma perspectiva nitidamente eurocêntrica. Oriente Médio é um termo que somente se justificaria se pensarmos numa área situada na “metade” ou a “meio caminho” entre a Europa e a Índia, o que implica em definir este espaço a partir de um olhar alheio à região. Deste modo, vários estudos de história e geopolítica passaram a fazer uso do topônimo *Machrek*, considerado preferível à terminologia tradicional. Etimologicamente, *Machrek* é transliteração direta do árabe *مشرق*, significando Levante ou Oriente. Geograficamente, o *Machrek* compreende o Egito, as nações levantinas, toda península arábica, mesopotâmia, Irã, Ásia Central e adjacências da Grande Diagonal Árida. Por fim, o termo contrapõe-se a *Magreb*, as plagas do Ocidente muçulmano, que incluem, grosso modo, o Marrocos, a Argélia e a Tunísia (Nota da edição de 2019).

5 A Arábia meridional, em razão da pluviosidade mais intensa e potencial agrícola, era conhecida na antiguidade como *Felix Arábia* (Arábia Feliz), daí ter se tornado palco da irrupção de diversos Estados tradicionais, os chamados “Reinos do Incenso”. Este foi o caso de Sabá ou Sheba, o mais proeminente de todos, célebre por sua vistosa capital, Marib e pelo episódio envolvendo Makeda, a rainha de Sabá, e o rei Salomão. A região era conhecida pela produção de perfumes e essências aromáticas de toda ordem, tais como o aloés, a mirra e evidentemente o incenso, exportados em larga escala para os mercados do Oriente Médio através de

caravanas, e para Pérsia, Índia e China por via marítima (Nota da edição de 2019).

6 Note-se igualmente que a obra de Al-Biruni, a despeito de ser solenemente ignorada inclusive por especialistas ocidentais, precedeu o mestre Leonardo em não menos que quinhentos anos (Nota da edição de 2019).

7 Advirta-se que o termo turco denomina um conjunto de populações asiáticas que compartilham uma mesma origem e um tronco linguístico comum, as línguas túrquicas ou ainda, turânicas, não constituindo, pois um etnônimo (Nota da edição de 2019).

8 A palavra *gueto* diz respeito a espaços urbanos nos quais os judeus deveriam obrigatoriamente ocupar, cujo acesso, era controlado pelas autoridades municipais. A palavra foi consagrada em 1516 com a criação do gueto veneziano de Cannaregio, sendo mais adiante, estendida a outros bairros urbanos judaicos e de outros grupos minoritários. A etimologia da palavra é controversa, apreendendo um leque de teorias. As mais conhecidas explicam que a terminologia provém do italiano *borghetto* (pequena cidade, diminutivo de borgo, palavra de origem alemã) ou do hebraico *get* (divórcio, ação de separação). A palavra ganha notoriedade na era contemporânea com a instalação de guettos pelos nazistas na Alemanha e na Europa ocupada (Nota da edição de 2019).

9 Etimologicamente a palavra *pogrom* é de origem russa (погром), formando um substantivo derivado do verbo *gromit*, com tradução em “destruir, provocar estragos, demolir violentamente”. O significado literal implica em “prejudicar” (Nota da edição de 2019).

10 Na Europa Oriental, uma minoria reduzidíssima dos ativistas judeus integrou-se unicamente como militantes socialistas no movimento operário. A maioria optou por participar enquanto *trabalhadores judeus*, posicionando sua identidade étnica e cultural.

10 Idioma derivado do alto-alemão do século XIV, somado a termos importados de outras línguas, basicamente do hebraico e da família eslava, que se transformou na língua materna por excelência dos judeus da Europa Central e do Leste.

11 A título de exemplo, em 1882, em face do antissemitismo russo, é fundado o movimento *Chibat Tzion* (חִבַּת צִיּוֹן “Amor a Sion”), que pregava o retorno dos judeus à Palestina.

12 O Partido Likud foi fundado por Menachem Begin em 1973, aglutinando segmentos simpáticos ao liberalismo econômico e uma coleção de grupos de direita. Alcançou o poder em 1977 através de uma vitória eleitoral que marcou o fim da hegemonia dos grupos reformistas, socializantes e/ou social-democráticos no comando do país, que rodiziavam no poder desde a independência em 1948 (Nota da edição de 2019).

13 O Poalei Sion (פועלי ציון, “trabalhadores de Sion”), foi um movimento de trabalhadores judeus marxistas-sionistas atuante em várias partes da Europa Oriental e nos centros urbanos da Europa e América do Norte. Organizações com esta plataforma programática foram fundadas em toda a diáspora judaica no início

do século XX. Um ramo surge em Nova York em 1903, e em Londres e Leeds respectivamente nos anos de 1903/04 e 1905. A seção austríaca entrou em ação em 1904 e em novembro de 1905, o Partido Poale Sião (Trabalhadores de Sião), foi estabelecido na Palestina e no mesmo ano, o Partido Socialista Judaico Socialista foi formado nos Estados Unidos e no Canadá. Em 1906, é criada a seção russa do Partido (Nota da edição de 2019).

14 No final dos anos 1920, acredita-se que a *União Mundial Poalei Zion* possuía 22.500 membros em filiais em todo o mundo. Sem contar a União Soviética, país onde somavam ao menos 8.000 ativistas organizados, o Poalei Sion reunia 5.000 membros na Polônia e nos Estados Unidos, 4.000 na Palestina, 3.000 na Rússia, 1.000 na Lituânia, Romênia, Argentina e Reino Unido, 500 na Letônia e outros 1.000 espalhados por países como Alemanha, Áustria, Checoslováquia, Bélgica, França e Brasil (Nota da edição de 2019).

15 O *kibutz* (קיבוץ ou קבוצה, ao pé da letra “reunião”, “agrupamento”, com flexão plural em קבוצים ou קיבוצים, *kibutzim*) é uma proposta agrária combinando socialismo e sionismo. O primeiro *kibutz*, Degania, foi estabelecido em 1909, no Norte da Palestina Britânica, às margens do Mar da Galileia. Nos dias de hoje, a agricultura kibutziana foi suplantada por outros experimentos, articulados à atmosfera de economia de mercado que se tornou predominante em Israel. Daí que alguns *kibutzim* foram privatizados, e paralelamente, foram introduzidas mudanças no estilo de vida kibutziano, revendo-se o clássico prontuário coletivista (Nota da edição de 2019).

16 Fundada em 1920, Histadrut é a denominação abreviada de Organização Geral dos Trabalhadores em Israel (em hebraico: ההסתדרות הכללית של העובדים בארץ ישראל, *HaHistadrut HaKlalit shel HaOvdim B'Eretz Yisrael*). Por volta de 1927, a *Histadrut* tinha 25.000 membros, representando 75% dos Judeus da força de trabalho do Mandato britânico da Palestina (Nota da edição de 2019).

17 Em 14 de Maio de 1948, quando Israel declara a independência com base na aprovação da Partilha da Palestina pela ONU, as áreas atribuídas ao país reuniam uma população de 872.700 habitantes, dos quais 717.000 eram judeus. Este pequeno grupo era circundado por países e grupos contrários ao surgimento da nova nação, que somavam 70 milhões de pessoas. As nações hostis a Israel cercavam todas as fronteiras do novo Estado, contavam com exércitos regulares e claro apoio da Grã-Bretanha. Embora de modo não totalmente explícito, a única potência que forneceu auxílio bélico a Israel foi a União Soviética. Claramente seguindo ordens de Moscou organizou-se a raramente citada Operação Balak, por intermédio da qual a Tchecoslováquia, então uma república popular, abasteceu os israelenses com armamentos. Este foi o modo encontrado pelo governo soviético para apoiar Israel sem atritar diretamente com o Reino Unido, que operava descaradamente para minar o Estado judeu. Assim, sem demora foi estabelecida uma ponte aérea conectando Praga e Telavive, com aviões abarrotados de armas que seguiam diretamente para o *front*. Dado frequentemente sonogado pelas

avaliações, Israel surge muito mais como expressão do apoio soviético do que norte-americano. Em 1948, os Estados Unidos optaram por um distanciamento omissivo do conflito. Até porque os interesses estadunidenses no petróleo árabe falavam bem mais alto, estando por sinal, mais bem representados no *establishment* político dominante no mundo árabe de então (Nota da edição de 2019).

18 As regras diplomáticas estabelecem duas tipologias para o reconhecimento de um novo estado: *de facto* ou *de jure*. No caso de Israel, os Estados Unidos, primeiro país a reconhecê-lo no plano internacional, firmou um reconhecimento *de facto*, enquanto que a URSS, que seguiu-lhe na medida, emitiu uma declaração *de jure*. Retenha-se que o reconhecimento *de jure* de um Estado é mais forte, enquanto que o reconhecimento *de facto* reconhece apenas que um governo exerce o controle sobre um dado território. Outro apenso corre por conta da incisividade do apoio soviético. A intervenção do então embaixador da URSS na ONU, Andrei Gromyko, nos debates a respeito da Partilha da Palestina em 1948 foi clara e contundente: “A delegação da URSS sustenta que a decisão de dividir a Palestina está em consonância com os elevados princípios e objetivos das Nações Unidas. *É em consonância com o princípio da autodeterminação nacional dos povos* (...) O fato de que nenhum Estado europeu ocidental tenha sido capaz de garantir a defesa dos direitos elementares do povo judeu, e para protegê-lo contra a violência dos executores fascistas explica as aspirações dos judeus de estabelecer o seu próprio Estado. Seria injusto não levar isso em consideração e negar o direito do povo judeu de realizar esse desejo. Seria injustificável negar esse direito ao povo judeu, especialmente em vista de tudo que sofreu durante a Segunda Guerra Mundial” (Nota da edição de 2019, *grifos nossos*).

19 O general Ariel Sharon foi um dos principais arquitetos do Partido Likud, uma das forças de direita de Israel. Sharon conquistou fama com base na sua atuação política e militar. Em 1953, tornou-se líder da Unidade 101, comandando operação contra a aldeia de Kibya, na Cisjordânia, explodindo 45 casas e matando 69 moradores. Durante a Guerra do Líbano, foi considerado responsável pelo massacre de mais de dois mil civis palestinos indefesos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila (1982), localizados numa parte de Beirute controlada por Israel e pelas milícias cristãs libanesas. O general Ariel Sharon conquistou fama por sua intransigência, propondo, por exemplo, a deportação de todos os árabes dos territórios ocupados por Israel. Na sua pelo mínimo polêmica folha de serviços, consta igualmente a gigantesca expansão de colônias israelenses na Cisjordânia, vitaminada durante sua gestão no Ministério da Construção de Israel (1991-1992). No ano 2000, o general Ariel Sharon protagonizou repreensível incidente na Esplanada das Mesquitas, situada nas proximidades da Mesquita de *Al-Aksa*, terceiro grande marco da religião islâmica. Compreensivelmente, o repúdio palestino contra a presença de Sharon na Esplanada das Mesquitas, tratada com violência pelas forças israelenses, deixou pelo menos quatro palestinos mortos, dando início ao que passou a ser registrado como Segunda Intifada. Sharon está afastado da vida pública desde Janeiro de 2006

devido a um acidente vascular cerebral, e desde então, permanece internado em estado vegetativo (Nota da edição de 2019).

20 Líder nacionalista palestino entre 1929-1945, Hadj Amin El Husseini tornou-se conhecido pelos vínculos mantidos com a Alemanha Nazista. Durante a II Guerra Mundial, participou ativamente nos Bálcãs junto às Divisões SS muçulmanas, responsáveis por número incontável de atrocidades cometidas contra os *partisans* e a população civil da Iugoslávia. Os tribunais da Iugoslávia, ao término da II Guerra Mundial, solicitaram extradição de Hadj Amin El Husseini sob a acusação de crimes de guerra durante o conflito.

21 Em 1987 eclode na Faixa de Gaza e na Cisjordânia um levante popular palestino contra a ocupação israelense nas duas regiões, a Intifada, também conhecida como Guerra das Pedras ou Primeira Intifada. Esta revolta prolongou-se até 1993, quando foram assinados os Acordos de Oslo e é instalada a Autoridade Nacional Palestina. A Segunda Intifada, ou Intifada Al-Aqsa, inicia-se no ano 2000, quando Ariel Sharon, que na ocasião era líder de oposição em Israel, fez uma provocativa visita ao Monte do Templo, onde se situa a mesquita de Al-Aqsa. Bom número de comentaristas entende o ano de 2004 como o fim deste levante, marcado pela morte de Yasser Arafat, líder nacional palestino (Nota da edição de 2019).

PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA:

MAURÍCIO WALDMAN

A PAZ ESTÁ PEDINDO ÁGUA!



EDITORA KOTEV
SÉRIE RECURSOS HÍDRICOS 8

http://www.mw.pro.br/mw/recursos_hidricos_08.pdf

CONHEÇA A SÉRIE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



<http://mwtextos.com.br/serie-relacoes-internacionais/>

A woman with long curly hair, wearing a black jacket and a dark scarf, is looking down at her smartphone. The background is blurred, showing what appears to be a train or a public transport setting.

EDITORA KOTEV
**Sintonizada com
o Futuro Digital**



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

CONHEÇA A EDITORA KOTEV. VISITE NOSSA HOME PAGE: <http://kotev.com.br/>